

**QUANDO A REALIDADE DESAFIA A TEORIA: A CRISE DO MOVIMENTO TROTSKISTA À LUZ DE SUAS ANÁLISES ACERCA DO PÓS-GUERRA (1944-1963)**

**Marcio Lauria Monteiro\***

A realidade do mundo pós Segunda Guerra Mundial foi marcada por intensos conflitos de classe, alguns dos quais culminaram em revoluções anticapitalistas que, tal qual Antonio Gramsci (2011) avaliara em relação à Revolução Russa de 1917, se deram contra *O Capital*. Isto é, elas tiveram lugar em países coloniais ou semi-coloniais, nos quais o proletariado era pouco numeroso (refletindo uma industrialização ainda incipiente) e tendo sua dinâmica se apoiado centralmente na mobilização dos camponeses pobres. Ainda que tenha sido o stalinismo a corrente política que esteve a frente da maioria desses processos, o marxismo pretensamente “oficial” que emanava desde Moscou, com seus rígidos postulados codificados nos famosos manuais de marxismo-leninismo e cuja lógica dualista dividia o mundo entre países “maduros” e “não maduros” para a realização do socialismo, legando a revolução na periferia capitalista a um futuro distante e incerto, certamente não estava apto a prever tais fenômenos, quanto menos a explica-los de maneira aceitável.

Por outro lado, os trotskistas, agrupados na Quarta Internacional, apesar de pouco numerosos e constantemente ignorados pela História, constituíam à época a única corrente política a reivindicar o marxismo que possuía um instrumental teórico e analítico capaz de dar conta das particularidades desses processos. Eles não só negavam o rígido esquema de sucessão de modos de produção, reconhecendo a historicidade própria da periferia capitalista, como também possuíam uma sofisticada caracterização do stalinismo enquanto fenômeno sócio-político. Mas, não obstante tal potencial, essa corrente se dilacerou sob a pressão do ascenso revolucionário de então, tendo atingido não só uma considerável fragmentação organizativa a nível internacional, como se dividido em agrupamentos extremamente díspares uns dos outros do ponto de vista programático.

**A crise do trotskismo e o “revisionismo pablista”**

---

\* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e bolsista pela Capes. Contato: [marciolmonteiro@gmail.com](mailto:marciolmonteiro@gmail.com) e <https://uff.academia.edu/MarcioLauriaMonteiro>.

Ao se falar dessa crise do trotskismo, costuma-se localizar suas origens no chamado “revisonismo pablista”, isto é, nas ideias e análises do dirigente internacional Michel Pablo (pseudônimo de Michalis Raptis), o qual esteve a frente do processo de reorganização da Quarta Internacional após os duros anos de guerra. Pablo se tornou seu principal dirigente internacional durante a maior parte das décadas de 1940-50 e, nesse período, veio a propor uma série de mudanças táticas e programáticas, baseadas em uma leitura bastante particular da conjuntura do pós-guerra.

De fato, as ideias de Pablo tiveram um profundo impacto sobre as fileiras trotskistas, especialmente nos dois anos que se seguiram à realização do 3º Congresso Mundial da Quarta Internacional, em 1951, no qual as mesmas foram formalmente aprovadas. Após a realização deste, intensas polêmicas e enfrentamentos tiveram lugar entre os trotskistas, com Pablo e seus aliados tendo utilizado de expedientes por muitos considerados autoritários e burocráticos para fazer com que certas seções nacionais implementassem a linha do Congresso. O choque daí decorrente com aqueles que passaram a se autodenominar “anti-pablistas” e “trotskistas ortodoxos” cresceu ao ponto de ter culminado na ruptura de alguns grupos com a Quarta Internacional, em fins de 1953, e na formação de um “Comitê Internacional” (CI), agrupamento com funções de fração pública, para se opor à liderança da mesma. Apenas dez anos depois uma parte desses grupos retornou às fileiras da Quarta, originando o “Secretariado Unificado” (SU), ao passo que outros seguiram caminhos próprios e formaram novos partidos internacionais.

As narrativas históricas mais comuns acerca desses eventos são pautadas pela polarização entre esses dois setores adversários, SU e CI. Dessa forma, de um lado, costuma-se afirmar que os grupos que romperam em 1953 haviam seguido por uma via “sectária” e que, posteriormente, aqueles que retornaram em 1963 teriam simplesmente corrigido seus “erros” originais (p. ex., FRANK, 1979; BENZAÏD, 2008)<sup>1</sup>. Já do outro lado, costuma-se afirmar que a Quarta se degenerou sob o “revisonismo pablista” e

---

<sup>1</sup> Tais obras constituem uma leitura da história do movimento trotskista desde a perspectiva da ala majoritária do Secretariado Unificado, escrita por militantes que eram à época destacadas líderes internacionais.

que, aqueles que para ela retornaram haviam “capitulado” ao mesmo, após combatê-lo inicialmente (p. ex., NORTH, 1988)<sup>2</sup>.

Todavia, apesar de terem sido centrais nas disputas que provocaram o racha de 1953, as ideias mais particulares de Pablo tiveram impacto temporalmente limitado. Grosso modo, a partir de 1950, sob a influência da ruptura Tito-Stalin e da eclosão da Guerra da Coreia, ele havia passado a defender a tese de que a conjuntura mundial seria caracterizada por uma intensa polarização entre stalinismo e imperialismo, na qual “fatores objetivos” forçariam o primeiro a expropriar a burguesia “sob pressão das massas”, como forma de evitar uma “iminente” Terceira Guerra Mundial contra a União Soviética. Assim, supostamente operando um giro revolucionário, o stalinismo levaria à formação de “Estados operários degenerados” em todo o mundo, os quais durariam séculos inteiros, democratizando-se apenas através de um processo gradual, o qual seria fruto direto do desenvolvimento das forças produtivas. (PABLO, 1951)

Dessas análises, Pablo concluía que os trotskistas teriam como tarefa central adentrarem nos PCs e ali atuarem tão somente enquanto uma “ala esquerda” deles, sem sequer apresentarem seu programa em sua totalidade – o que foi nomeado de “entrismo *sui generis*” (PABLO, 1952). Com isso, ele se afastou de alguns dos pressupostos mais básicos da razão de ser do movimento trotskista, tal como a disputa com o stalinismo pela direção política do proletariado, como forma de levar a frente revoluções socialistas vitoriosas, e a perspectiva de regeneração democrática da URSS através de uma “revolução política” (TROTSKY, 2008).

Apesar dessas previsões de Pablo, a reaproximação diplomática entre EUA e URSS, ocorrida por volta de 1954, levou rapidamente ao arrefecimento dos discursos radicais assumidos por alguns PCs ao redor do mundo e, conseqüentemente, do clima de intensa polarização internacional – no fim, com o predomínio da ideia de “coexistência pacífica” entre o stalinismo fiel a Moscou, se deu o exato oposto do suposto “giro revolucionário” (HOBSBAWM, 1994). Dessa forma, Pablo passou a relativizar suas ideias apresentadas com tanto vigor ao longo dos anos anteriores, ao ponto de ter se voltado contra seus apoiadores mais próximos, quando estes propuseram, no 4º

---

<sup>2</sup> Tal obra constitui uma leitura da história do movimento trotskista desde a perspectiva da ala do Comitê Internacional originalmente ligada a seu grupo inglês, o qual se tornou o principal após 1963, e assim se manteve até meados da década de 1980.

Congresso Mundial (1954), a completa dissolução da Quarta Internacional e a entrada definitiva dos trotskistas nos PCs (FELDMAN, 1977)<sup>3</sup>.

Tendo tal fato em vista, é problemático que se reduza a crise do trotskismo à questão do “revisionismo pablista” e aos embates do período 1951-53. O quadro verdadeiro é muito mais complexo do que fazem crer as narrativas mais correntes, seja as que opõem “pablismo” a “trotskismo ortodoxo”, seja as que não vão a fundo nas mudanças operadas pelos setores majoritários do movimento. O estudo cuidadoso da história do movimento trotskista no pós-guerra demonstra que uma profunda confusão teórica e analítica se espalhou entre seus membros, pegos de surpresa ante a vitalidade atingida pelo stalinismo junto às massas europeias ao fim da guerra, pela expansão soviética no Leste Europeu e pela eclosão de alguns processos revolucionários vitoriosos. Ainda que o arcabouço teórico-programático original desse movimento, especialmente os escritos do próprio Trotski, tivessem elementos capazes de dar conta dessa nova conjuntura, muitos viram necessidade de realizar consideráveis mudanças nos mesmos, e essas sim são a chave explicativa para a referida crise.

Assim, para compreendê-la de forma mais apurada, é essencial que se vá além do conflito em torno das ideias mais particulares de Pablo e se detecte aqueles elementos que, compondo o “núcleo” das mesmas, as originaram e a elas sobreviveram ao longo das décadas seguintes entre a parcela majoritária do movimento. Núcleo esse que, em muitos aspectos, foi compartilhado até mesmo por alguns de seus mais ferrenhos adversários, e sem o qual não se pode entender como foi possível a reunificação parcial de 1963. Da mesma forma, é necessário que se vá além da autoprocamação de “ortodoxia” desses adversários, e se compreenda o que exatamente estes entendiam por trotskismo e como tal compreensão também fora afetada pelos novos e inesperados eventos do pós-guerra.

### **Impactos da expansão soviética no Leste Europeu e da ruptura Tito-Stalin**

O primeiro desafio que impactou os trotskistas do pós-guerra foi a compreensão dos eventos ocorridos no Leste Europeu. Durante os primeiros anos após a derrota do

---

<sup>3</sup> Tal fato ocorreu no 4º Congresso Mundial (1954) e tais aliados, que deixaram a Quarta após terem suas propostas rejeitadas, eram a fração Cochran-Clarke-Bartel, expulsa do SWP em fins de 1953; os pequenos agrupamentos canadense e inglês, liderados, respectivamente, por Murray Downson e John Lawrence; e o setor minoritário do que restara do PCI francês, liderado por Michelle Mestre, da célula de Lyon (a ala majoritária do partido foi expulsa da Quarta em 1952, por se recusar a seguir a linha do SI, e manteve o nome do partido).

Nazismo na região, ainda que a verdadeira força política nos países fosse ou Exército Vermelho, ou as milícias controladas pelos comunistas locais, mantiveram-se tanto relações parciais de propriedade privada, quanto governos de coalizão entre PCs e partidos da burguesia nativa. Todavia, por volta de 1948, ante a ameaça representada pelo Plano Marshall, a burocracia soviética passou à ofensiva e iniciou um processo de expropriação política e econômica de tais burguesias. Processo esse que se deu sobretudo vertical e militarmente – com exceção da Iugoslávia e da Albânia, onde os comunistas locais, contrariando as orientações de Moscou, expropriaram a burguesia ainda em 1944-45, através de revoluções baseadas na mobilização tutelada das massas camponesas e proletárias. (BROWN, 2009; WOLIKOW & TODOROV, 2004)

Alguns anos antes, no contexto da divisão da Polônia entre a Alemanha e a URSS, Trotski antevira a possibilidade de uma expansão “burocrático-militar” da formação social soviética em suas regiões limítrofes, que culminasse com a expropriação da burguesia nesses países para que “o regime dos territórios ocupados [estivesse] de acordo com o regime da URSS” (2011b:40). Mas advertiu que o critério político central da Quarta Internacional para se posicionar ante tal possibilidade não deveria ser a transformação das relações de propriedade, mas “a mudança na consciência e organização do proletariado mundial” – critério a partir do qual essa via “burocrático-militar” encapsulava o caráter reacionário do stalinismo (2011b:41). Ademais, Trotski (2008:52) também havia previsto a possibilidade de que grupos de caráter de classe pequeno-burguês e/ou de programa não socialista, fossem forçados, “sob uma combinação de circunstâncias excepcionais”, a irem além de seu programa democrático-burguês ou centrista (e aqui se incluíam os stalinistas) e efetivamente expropriarem a burguesia.

Essas suas avaliações derivavam da caracterização da burocracia soviética enquanto possuindo um *caráter dual* – a um só tempo progressivo e conservador, uma vez que a via enquanto casta burocrática de caráter bonapartista, que expropriara politicamente o proletariado a partir de uma “reação termidoriana”, e a qual precisava defender a forma coletiva da propriedade para dela poder parasitar, ao mesmo tempo em que seus extratos superiores teriam um interesse crescente na restauração da propriedade privada, para que pudessem passar de administradores a proprietários (TROTSKY, 2005). Consequentemente, o stalinismo enquanto corrente política seria para Trotski (1934) uma forma de *centrismo burocrático*, que constantemente saltava

“da traição oportunista ao aventureirismo ultra-esquerdista”, pois precisava atender ao caráter de classe proletário de suas bases, mas estava submetido em primeiro lugar aos interesses de sobrevivência da burocracia soviética, expressos no ideal de uma coexistência pacífica com o capitalismo (211b:40).

Já a direção da Quarta Internacional do pós-guerra, impactada pelos governos de coalização estabelecidos pelos PCs na Europa ocidental, bem como pela supressão de processos revolucionários como o grego ou o italiano ao fim da guerra, passou a considerar o stalinismo enquanto uma força política *intrinsecamente contrarrevolucionária* (URSS, 1948:121-23). Baseados nessa caracterização, os delegados presentes em seu 2º Congresso Mundial (1948), ratificando posições anteriormente afirmadas em uma Conferência Internacional realizada dois anos antes, negaram dogmaticamente as transformações pelas quais passaram as formações sociais do Leste Europeu, e aprovaram resoluções nas quais se afirmava que a região mantinha uma “estrutura fundamentalmente capitalista”, sendo seus Estados *burgueses* e dotados de regimes Bonapartistas “em forma extrema” (URSS, 1948:119).

Porém, ao mesmo tempo em que negavam ter ocorrido uma mudança qualitativa na natureza social do Estado e das relações de propriedade da região, os trotskistas não podiam simplesmente tapar os olhos para as mudanças que vinham ocorrendo. Assim, já na Conferência de 1946, se afirmou que ali ocorria uma transformação *gradual* das relações sociais, as quais se afirmava estarem sendo realizadas “burocraticamente a partir do topo, sem chamar pela conquista do poder pelo proletariado”, através de uma integração “fria” daqueles países à União Soviética – processo que se nomeou de *assimilação estrutural* (NEW, 1946:172). O formulador dessa tese era o belga Ernest Mandel (pseudônimo “Germain”), o qual dividia com Pablo as principais funções do Secretariado Internacional, órgão operativo da direção internacional (cf., p. ex., GERMAIN, 1947).

Essa tese de uma alteração *gradual* da natureza social do Leste Europeu e a afirmação de que ele continuava a ser capitalista só foi alterada em meados de 1950, a partir do impacto gerado nos trotskistas pela ruptura do regime iugoslavo com Moscou. A maioria do Comitê Executivo Internacional (CEI), em especial Pablo, viu tal ruptura com grande entusiasmo, avaliando que a mesma significava que o PC iugoslavo havia deixado de ser um partido stalinista e se tornado um grupo “centrista de esquerda”, evoluindo rumo a se tornar revolucionário (NORDEN, 1993:7). Tal avaliação levou o

Secretariado Internacional a enviar “cartas abertas” de tom bastante acrítico, saudando os comunistas iugoslavos e seus líderes (NORDEN, 1993) – postura que rendeu duras críticas por parte da seção inglesa, a qual, desde 1944, já defendia que não se poderia considerar o Leste Europeu capitalista<sup>4</sup>, e que apontou a incongruência entre se caracterizar a Iugoslávia como capitalista e demonstrar simpatia política por seu governo (HASTON, 1948).

Após intensa disputa no interior do CEI, principalmente entre Pablo (que se tornou favorável à mudança da caracterização) e Mandel (que mantinha sua avaliação acerca da incompletude do suposto processo de “assimilação estrutural”), aprovou-se no seu 8º Pleno, de abril de 1950, a caracterização da Iugoslávia como um *Estado operário* e uma *ditadura do proletariado* (NORDEN, 1993:10). Seguindo-se a essa mudança, a direção internacional enfim reconheceu a destruição do capitalismo no Leste Europeu como um todo, em resolução do 9º Pleno, de novembro de 1950, a qual classificou as demais formações sociais da região como *Estados operários burocraticamente deformados* (RESOLUTION, 1951).

A conclusão final a que chegaram os dois lados anteriormente em disputa no interior do CEI, especialmente Pablo e Mandel, expressas nas resoluções supracitadas (as quais foram posteriormente ratificadas pelo 3º Congresso Mundial), partia da ideia fundamental de que a transformação das sociedades do Leste Europeu, à exceção da Iugoslávia, se deu de forma *gradual*, através de um processo de *assimilação estrutural* delas pela URSS. Assim, concluiu-se, na resolução adotada no 8º pleno, realizado em abril de 1950, que estas possuiriam *caráter transitório* entre a ocupação soviética, iniciada 1944, e a consumação de tal “assimilação”, a qual encarava-se ter ocorrido em 1949. Tal caráter transitório corresponderia a um *regime de duplo poder*, “permanecendo a estrutura [dessas sociedades] fundamentalmente capitalista tanto no plano econômico quanto político” (CLASS, 1951:28-29)<sup>5</sup>.

Já para explicar a particularidade do caso iugoslavo, afirmou-se, em outra resolução adotada no mesmo pleno, que “a ruptura de um partido stalinista com o Kremlin necessariamente envolve uma diferenciação frente ao stalinismo”

---

<sup>4</sup> Por exemplo, tal seção se contrapôs às resoluções do setor majoritário do 2º Congresso Mundial quanta a esse assunto, porém perdeu na votação (MOTIONS, 1948:24-28).

<sup>5</sup> Esta é a versão do documento que foi ratificada no 3º Congresso Mundial. A original foi publicada no *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], set. de 1950. Não houve mudanças de uma para outra.

(RESOLUTION:1950:2-5), o que permitia a um só tempo manter a nova avaliação, aprovada no 2º Congresso, de que o stalinismo teria se tornado *intrinsecamente* contrarrevolucionário (inicialmente defendida por Mandel contra as análises de Pablo), e apoiar politicamente figuras como Tito, tomando-as como possíveis lideranças em substituição ao trotskismo (principal impulso por detrás das posições de Pablo). Seguindo uma lógica semelhante, a resolução do 9º pleno (novembro/dezembro de 1950) acerca do assunto afirmava que, como o stalinismo é um fenômeno característico de um período de refluxo da luta de classes (avaliação do próprio Trotski), supostamente ele teria deixado de existir na Iugoslávia, como fruto da vitoriosa mobilização revolucionária do proletariado daquele país (YUGOSLAV, 1951:203)<sup>6</sup>.

Ademais, considerou-se, em tal resolução, que “As dinâmicas da revolução iugoslava confirmam a teoria da revolução permanente em todos os pontos” (YUGOSLAV, 1951:203) – isto é, a necessidade de uma revolução proletária para a plena realização das tarefas nacional-democráticas em um país “atrasado”. Todavia, tal consideração englobava a afirmação de que a vitória revolucionária na Iugoslávia teria sido fruto da aplicação, pelo PC iugoslavo, da estratégia da Quarta Internacional – aplicação essa que teria sido bem sucedida graças ao “caráter específico” de tal partido, que seguiu um rumo diferente dos demais PCs ao fim da guerra (YUGOSLAV, 1951:203).

Através de tal consideração, mais uma vez se enaltecia o PC iugoslavo e dava a entender que ele não diferia, em termos estratégicos, da Quarta Internacional, donde se compreende o porque da liderança da mesma ter buscado se aproximar dele e do regime por ele encabeçado, conforme previamente descrito. Foram essas conclusões às quais se chegou acerca do stalinismo e do PC iugoslavo que forneceram, ainda, as bases para outra mudança importante, defendida por Pablo nos meses entre o 9º pleno e o 3º Congresso (que a ratificou): a reavaliação acerca da possibilidade do stalinismo ir além de seu programa, que deixou de ser vista como uma remota excepcionalidade, para ser encarada como a *regra* sob a nova conjuntura mundial (PABLO, 1951).

Por fim, tal qual se encarou que a transformação no restante do Leste Europeu se deram de forma gradual, através de “regimes transitórios”, a resolução dedicada a

---

<sup>6</sup> Esta é a versão do documento que foi ratificada no 3º Congresso Mundial. A original foi publicada no *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jan. de 1951. Não houve mudanças de uma para outra.



questão iugoslava continha a avaliação de que a revolução ocorrida naquele país havia se dado em “estágios” e que, até outubro de 1945, quando os últimos ministros burgueses se retiraram do gabinete provisório, o que havia existido ali teria sido um *governo operário e camponês* (YUGOSLAV, 1951:202-07). Conforme afirma a resolução, “Começando nesse momento, a **transição** entre o governo operário e camponês e a ditadura do proletariado estava sendo completada e a Iugoslávia se tornou um Estado operário” (YUGOSLAV, 1951:206-07, ênfase adicionada).

Essa avaliação contém enorme importância histórica, pois estabeleceu uma visão de transição ao socialismo que se tornou central dentre o setor majoritário do movimento trotskista a partir de então, tendo determinado as análises de todos os demais processos revolucionários ocorridos após o fim da Segunda Guerra. Até então, o termo “governo operário e camponês” era usado entre os trotskistas, seguindo as resoluções do IV Congresso da Internacional Comunista, enquanto um sinônimo “popular” para se referir à ditadura do proletariado e como um *slogan* para expor lideranças social-democratas que estivessem em governos burgueses, demandando que estas rompessem como os “ministros capitalistas”<sup>7</sup>. Já a partir da referida resolução, o termo passou a “designar certos **estágios transitórios** entre a destruição do poder da burguesia e o estabelecimento de uma ditadura do proletariado, a construção de um novo tipo de aparato de Estado”, sendo tal período um “fenômeno transitório de nossa época”, conforme afirmou posteriormente Mandel, em sua proposta de atualização das teses do 2º Congresso (GERMAIN, 1951:14, ênfase adicionada).

Apesar da magnitude da mudança que esse novo uso do termo “governo operário e camponês” encerrava – uma vez que, até então, os trotskistas rejeitavam firmemente a ideia de “regimes intermediários” entre o capitalismo e a ditadura do proletariado (TROTSKY, 1969) – e da centralidade que tal noção deveio a assumir ao longo dos anos seguintes na interpretação e na atuação da ala majoritária do movimento trotskista, tal questão raramente é alvo de debate historiográfico, seja entre narrativas escritas por

---

<sup>7</sup> Ver, p. ex., TROTSKY, 2008: 48-53 e PABLO, 1947:55-60. A origem de tal termo remete ao IV Congresso da Internacional Comunista e às “Teses sobre a tática do *Comintern*”. De fato uma leitura atenta de tal documento permite perceber certa ambiguidade em sua redação final, principalmente pela confusão entre a dupla definição que lhe foi conferida, enquanto palavra de ordem tática, para fins de agitação política (que serviria para falar em ditadura do proletariado evitando-se confusões com a noção negativa que o termo “ditadura” poderia suscitar entre os menos familiarizados com seu sentido marxiano), e enquanto “programa”, na forma da exigência à social-democracia para que rompesse com a burguesia e tomasse o poder, com fins de “desmascara-la” perante suas bases.

historiadores profissionais, seja escrita para fins de intervenção política direta. Ainda que neste momento tal mudança não tenha gerado implicações imediatas para a compreensão que se possuía da Teoria da Revolução Permanente, mas ao longo dos anos seguintes acabou por impactar também esse aspecto do arcabouço teórico-programático do movimento trotskista.

Vê-se, assim, que o arcabouço teórico-programático que o movimento possuía quando da eclosão da Segunda Guerra Mundial passou por consideráveis modificações sob o impacto de certos fenômenos da luta de classes que ocorreram na sequência do encerramento de tal conflito bélico. Após um período de disputa nos órgãos dirigentes internacionais, especialmente entre 1948-50, acabou-se por se conciliar a heterodoxia teórico-analítica e o impulso politicamente “liquidacionista” de Pablo, em sua tentativa de dar conta de fenômenos da luta de classes que surpreenderam a muitos trotskistas, com o dogmatismo supostamente ortodoxo de Mandel, que inicialmente negou tais fenômenos como forma de salvaguardar esse arcabouço. Daí surgiu um “novo” trotskismo, o qual passou a predominar entre os setores majoritários da Quarta Internacional.

Partindo desse novo arcabouço e das avaliações impressionistas de Pablo e seus aliados mais próximos acerca da Guerra Fria, nos anos seguintes a Quarta encarou que o regime erguido pelo PC de Mao na China, em 1949, seria um “governo operário e camponês”, cujo Estado teria caráter “transitório” e que estaria rumando para se transformar em uma ditadura do proletariado, devendo-se apoiar tal força política (THIRD, 1952: 113-118) – ainda que seus exércitos estivessem exterminando fisicamente os trotskistas chineses.

Também seguindo essa lógica, a seção boliviana da Quarta (o Partido Obrero Revolucionario), com respaldo do SI e da maioria do 3º Congresso Mundial, encarou o regime erguido pelo do MNR de Paz Estenssoro e Juan Lechín em 1952 como a antessala de um “governo operário camponês”. Assim, a despeito de seu grande peso dentro da Central Operária Boliviana, a qual durante certo período deteve em suas mãos o real poder político e militar do país, o POR apoiou criticamente tal governo, visando favorecer uma hegemonia no gabinete ministerial da ala de Lechín (a chamada “esquerda do MNR”) para que se formasse um governo conjunto entre ambos – o qual supostamente seria concretização do “governo operário e camponês” (VILLA, [1992]).

### Os “anti-pablistas” e a reunificação parcial de 1963

Por outro lado, não obstante o racha de 1953 entre “pablistas” e “anti-pablistas”, a ala supostamente “ortodoxa” da disputa era marcado por uma profunda fraqueza analítica, ao se opor apenas às *consequências práticas* das posições majoritárias – ou seja, a capitulação às direções não trotskistas e a consequente secundarização do papel da vanguarda revolucionária. Consequentemente, não foram capazes de produzir uma contra-análise coerente dos processos revolucionários do pós-guerra. Como exemplo, pode-se mencionar o fato da seção chinesa da Quarta ter se negado a reconhecer que o PC chinês estava levando a cabo a expropriação da burguesia na virada dos anos 1940-50, ou do SWP só ter reconhecido a mudança na natureza da formação social chinesa em 1955 (CHINESE, 1955).

Tal qual Mandel no passado, esses grupos possuíam grande receio em reconhecer que o stalinismo estivesse conduzindo uma revolução, pois encaravam que daí se derivaria automaticamente a necessidade de apoiá-lo politicamente, acabando com o propósito de ser da Quarta Internacional. Por conta disso, eles mantinham certas análises dogmáticas, desenvolvidas em reação ao “pablismo”, que também partiam de uma releitura de alguns aspectos básicos do arcabouço teórico-analítico do trotskismo (ainda que eles assim não o compreendessem), em especial ao negarem veementemente a possibilidade do stalinismo ir além de seu programa em situações excepcionais (negando, assim, seu *caráter dual*), bem como ao afirmarem a impossibilidade de revoluções que não tivessem os próprios trotskistas como seus agentes políticos, e ao negarem a possibilidade de um protagonismo (relativo) do campesinato, ainda que sob “circunstancias excepcionais”.

Assim, quando da Revolução Cubana, tanto os grupos inglês e francês do CI (a SLL e o PCI, respectivamente) negaram que as expropriações ocorridas no país em meados de 1961 refletissem uma mudança do caráter de classe do Estado cubano ou da natureza daquela formação social. O PCI falava em “Estado capitalista fantasma” para descrever aquela realidade (POSITION, [1961]) e a SLL alegava que o regime era bonapartista de caráter burguês, “apesar da ausência da burguesia” (SLAUGHTER, [1963]).

Já outra parte dos adversários de Pablo, especialmente o SWP dos EUA e o “Secretariado Latinoamericano do Trotskismo Ortodoxo” (SLATO), dirigido por Nahuel Moreno, compartilhavam das análises acerca da transformação do Leste

Europeu e da Iugoslávia ter ocorrido de forma gradual, donde produziram uma análise da Revolução Cubana muito próxima da direção da Quarta Internacional, possibilitando uma reaproximação dez anos após terem rompido com esta. Reaproximação essa que originou o “Secretariado Unificado”, em 1963.

Para o dirigente do SWP, Joseph Hansen, a remoção de representantes burgueses do governo provisório cubano, em julho de 1959, havia marcado a formação de um “governo operário e camponês” chefiado pelo Movimento 26 de Julho. Ao caracterizar o regime do M26J dessa forma, Hansen justificava afirmando que ele possuía um caráter pequeno-burguês e que possuía uma tendência a se apoiar nos ensejos das massas e de enfrentar a burguesia e o imperialismo. Dessa caracterização, ele apontava que tal regime deveria ser apoiado politicamente e pressionado a adentrar na “via da revolução permanente”, expropriando a burguesia nativa e os capitais imperialistas do país, estabelecendo assim um Estado operário. (HANSEN, 1974:3-6). Alguns meses depois, em janeiro de 1961, a direção do SWP acabou por adotar uma resolução que seguia as análises de Hansen, e na qual afirmava que as nacionalizações realizadas em outubro do ano anterior teriam marcado a passagem desse “governo operário e camponês” para um Estado operário (DRAFT, 1961:1-5).

Com essa posição, ficava claro o quanto a liderança nacional de tal partido havia absorvido a tese de Pablo e Mandel formulada entre 1948-51 para explicar o que havia ocorrido no Leste Europeu. Baseado nessas avaliações, o SWP se reaproximou dos setores que permaneceram ligados ao Secretariado Internacional, à época sob a hegemonia de Mandel, Pierre Frank e Livio Maitan – os quais se entusiasmaram com a possibilidade da guerrilha ser uma nova via estratégica para o socialismo e daí buscaram se aproximar do M26J (RÉVOLUTION, 1960:5-7; BILAN, 1960:70).

## **Conclusão**

Vê-se, assim, que os principais setores do movimento trotskista encontravam-se profundamente desorientados face à realidade do pós-guerra, sendo atravessados tanto por posições *impressionistas*, que levavam à capitulação a correntes políticas estranhas às tradições revolucionárias, quanto por posições *dogmáticas*, que negavam as transformações sociais que tais correntes levaram a cabo em alguns poucos casos, *a despeito de seu programa*. Essa conclusão, que aqui se apresentou a partir de uma

pesquisa arquivística, em muito destoa das narrativas mais correntes acerca da crise do trotskismo anteriormente mencionadas.

Cabe ainda ressaltar que não deixaram de existir setores que tentaram empreender uma análise da realidade do pós-guerra que estivesse em plena consonância com o arcabouço original do movimento trotskista, tal qual a anteriormente mencionada seção inglesa da Quarta Internacional (o Revolutionary Communist Party) fizera em relação ao Leste Europeu e à Iugoslávia nos anos 1940, ou como a Tendência Vern-Ryan do setorial de Los Angeles do SWP dos EUA, que compartilhava das avaliações desta, fizera em relação à Revolução Boliviana nos anos 1950 (p. ex., RYAN, 1953 e RYAN, 1954). Todavia, tendo sido muito minoritários, tais setores são frequentemente ignorados pelas narrativas acerca da história do movimento trotskista, seja aquelas militantes ou as acadêmicas – e seria necessária outra apresentação para abordá-las de forma devida.

O essencial é que se tenha em mente que compreender a evolução dessas diferentes (re)leituras do legado trotskista ao longo da segunda metade do século XX, aqui esboçadas em sua relação com as pressões da luta de classes de dois momentos chave da mesma, a transformação do Leste Europeu e a Revolução Cubana, é essencial para uma história da Quarta Internacional que não se limite a enumerar rachas e nomes de lideranças e para que se tenha uma compreensão mais apurada de como tal movimento chegou ao ponto em que hoje se encontra. É com tal perspectiva que o presente trabalho, ainda que possuindo um caráter panorâmico, espera ter contribuído.

### **Referências bibliográficas**

BENSAÏD, Daniel. *Os trotskismos*. Lisboa: Combate, 2008.

BROWN, Archie. *The Rise and Fall of Communism*. New York: Harper Collins, 2009.

FELDMAN, Fred. Section I: The Parity Commission and Peng Shu Tse's "Pabloism Reviewed". In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International*. Part 7, Volume 1. Education for Socialists Series. New York: Pathfinder Press, 1977.

FRANK, Pierre. *Fourth International. The Long March of the Trotskyists*. Londres: Ink Links, 1979.

GRAMSCI, Antonio. “A revolução contra *O Capital*”. In COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 61-65.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NORDEN, Jan. Yugoslavia, East Europe and the Fourth International. The Evolution of Pabloite Liquidationism. In *Prometheus Research Series n. 4*. New York: Prometheus Research Library, 1993, p. 5-33.

NORTH, David. *The Heritage We Defend: A Contribution to the History of the Fourth International*. Londres: Paperback, 1988.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída – O que é e para onde vai a URSS*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

\_\_\_\_\_. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

\_\_\_\_\_. *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

\_\_\_\_\_. *The Permanent Revolution & Results and prospects*. 3ª ed. New York: Pathfinder Press, 1969.

\_\_\_\_\_. Two articles on centrism. *Class Struggle*, v. 4, n. 8, August 1934, s.p. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1934/02/centrism.htm>. Acessado em 24 de março de 2015.

VILLA, José. *A Revolution Betrayed. The POR and the Fourth International in the Bolivian Revolution* [1992]. Traduzido por Mike Jones. Disponível em <http://www.marxists.org/history/etol/revhist/supplem/bolivia/villamen.htm>. Acessado em 3 de novembro de 2014.

### Fontes primárias

BILAN, problèmes et perspectives de la Rvolution coloniale (projet de thèses pour le 6<sup>e</sup> Congrès Mondial). *Quatrième Internationale* [Paris/SI], Ano 18, n. 10, jul. de 1960.

CLASS Nature of Eastern Europe. *Fourth International* [Nova York/SWP], v. 12, n. 6, nov./dez. de 1951.

DRAFT Theses on the Cuban Revolution [dez. de 1960]. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], v. 22, n. 1, fev. de 1961, p. 1-5.

Cf. DYNAMICS of World Revolution Today, The. *Fourth International* [SI], n. 17, out./dez. de 1963, p. 114-30.

GERMAIN, E. The Soviet Union after the War And the Policy of the Communist Parties. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], vol 1, n. 2, mar. de 1947, p. 2-20.

\_\_\_\_\_. What should be modified and what should be maintained in the theses of the Second World Congress of the Fourth International on the question of Stalinism? *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], abr. de 1951.

HANSEN, Joseph. The character of the new Cuban government. In \_\_\_\_\_. *The Workers and Farmers Government*. Education for Socialists Series. New York: Pathfinder Press, 1974.

HASTON, Jock. Letter on Yugoslavia sent to the IEC by the RCP (Britain) [1948]. In *Prometheus Research Series n. 4*. New York: Prometheus Research Library, 1993, p. 63-67.

MOTIONS et résolutions minoritaires présentées au Congrès. *Bulletin intérieur du Secretariat International*, n. spécial, novembre 1948, p. 24-28.

NEW imperialist peace and the building of the parties of the Fourth International, The. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. VII, n. 67, junho de 1946, p. 169-70.

PABLO, Michel. On the Slogan of “Workers” and Farmer’s Government. *Fourth International* [Nova York/SWP], v. 8, n. 2, fev. de 1947, p. 55-60.

\_\_\_\_\_. The building of the revolutionary party. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jun. de 1952.

PABLO, Michel. Where are we going? *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], mai. de 1951, p. 1-18.

RÉVOLUTION cubaine, La. *Quatrième Internationale* [Paris/SI], Ano 18, n. 10, jul. de 1960, p. 5-7.

RESOLUTION Adopted by the International Conference. *Fourth International*, v. VII, n. 67, New York, June 1946, p. 169-183.

RESOLUTION on the Crisis of Stalinism and the Developments of the Yugoslave Revolution. *International Information Bulletin*, September 1950, p. 2-7.

RESOLUTION on the Yugoslave Revolution and the Fourth International. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jan. de 1951.

RYAN, S. [Sam]. Bolivia – Class-Collaboration Makes a Recruit. *Internal Bulletin*, v. 15, n. 17, August 1953, p. 40-51.

\_\_\_\_\_. The Bolivian Revolution and the Fight Against Revisionism. *Internal Bulletin*, A-22, October 1954, p. 1-20.

THIRD Chinese Revolution, The. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jun. de 1949, p. 113-118.

USSR and Stalinism, The. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. IX, n. 4, jun. de 1948, p. 110-128.

YUGOSLAV Revolution, The. *Fourth International*, v. 12, n. 6, nov./dez. de 1951, p. 202-207.